**­­­Conselho Municipal de Imigrantes**

**31 de maio de2019**

**15:00-18:00**

**Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania**

**Rua Líbero Badaró, 119**

**ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CMI**

**Presença de membros eleitos da sociedade civil**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| Sociedade civil |  | Suplentes |  |
| Diack Samba (Associação Senegalesa de São Paulo – ASENSP) | X | Elisa Jung |  |
| Diego Meriguetti (Cáritas) |  | Elissa Fortunato (Bibliaspa) | X |
| Isabel Torres (CAMI) |  | Keder Lafortune |  |
| Letícia Carvalho (Missão Paz) |  | Hortense Mbuyi Mwanza |  |
| Nour Massoud |  | Jean Mulondayi (África do Coração) |  |
| Oriana Jara (Presença da América Latina - PAL |  | Ngalula Lorenzo Freddy |  |
| Tang Wei |  | René Barrientos |  |
| Yoo Na Kim | X | Tanya Tshisuaka |  |

Presença de membros indicados do poder público

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| Secretarias |  | Suplentes |  |
| SMDHC – Titular: Jennifer Alvarez | x | SMDHC – Suplente: Erika Lipa | X |
| SMPR – Titular: Helio de Oliveira |  | SMPR – Suplente: Denise Aparecida Bonifácio |  |
| SMC – Titular: Natália Silva Cunha |  | SMC – Suplente: Benvenutti de Andrade |  |
| SMDE – Titular: Claudete Dias Silva | X | SMDE – Suplente: Luciana Gandelman |  |
| SMADS – Titular: Maria Luiza Mancini do Nascimento |  | SMADS – Suplente: Silvia Helena Maschesan |  |
| SME – Titular: Maria Alice Zimmermann |  | SME – Suplente: Elayne Fernandes Pinheiro |  |
| SEHAB – Titular: Suelma Inês Alves de Deus |  | SEHAB – Suplente: Maria do Carmo Hueso Morales |  |
| SMS – Titular: Breno Souza de Aguiar | X | SMS – Suplente: Lucia Helena da Silva |  |

**Participantes e observadores:**

Ana León (SMDHC); Marina Luna (SMDHC); Isabella H. Ide (SMDHC); Carla Lorenzi (OIM); William da Rosa (ACNUR); Tatiana Belons (DPE); Paulo Farah (Blibiaspa); Nathália Condé (CDHIC); Mónica Rodrigues (PAL); Carolina Guagliano (DPS-SMDHC); Daniel Hernandes (DPS-SMDHC)

**Pauta:**

* **Discussão e deliberação sobre a Resolução da Conferência Municipal de Políticas Para Imigrantes**

**Abertura da reunião**

A Sra. Jennifer abriu a reunião dando boas-vindas e informou aos presentes que sobre o acordo de cooperação técnica da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC) com a Organização Internacional Para as Migrações (OIM) que prevê o apoio técnico de tal instituição para a sistematização de dados e elaboração de metodologia para a Conferência.

**Discussão sobre o texto da Resolução da Conferência Municipal de Políticas Para Imigrantes**

A Sra. Ana falou que a CPMigTD considerava importante a presença no texto da definição da população imigrante segundo a Política Municipal Para a População Imigrante (PMPI) no início da Resolução. A proposta foi aprovada por consenso.

**Discussão sobre os objetivos da Conferência**

O Sr. Paulo disse que o objetivo da Conferência não pode ser apenas alimentar o Plano Municipal, pode ser um dos objetivos, mas não o único

A Sra. Elissa, disse que o monitoramento das políticas públicas é uma questão técnica pode ser discutida durante a Conferência, bem como a institucionalização da PMPI. Ela disse que o CRAI não disponibiliza dados atualizados no site da SMDHC sobre seus atendimentos e que isso impossibilita o monitoramento. Sr. Paulo disse que a institucionalização da política é uma questão cada vez mais presente na academia, grupo que também pode ter outra visão sobre a institucionalização.

A Sra. Tatiana há várias formas para se monitorar as políticas e que é importante que ele seja feito. Ela disse que a Conferência deveria receber as denúncias de violações de direitos dos imigrantes.

A Sra. Ana perguntou quais seriam os meios de monitoramento?

O Sr. Breno disse que o CMI poderia decidir os indicadores antes da Conferência e já chegar ao evento com os instrumentos prontos.

A Sra. Claudete sugeriu que o CMI entre em contato com a Comissão Municipal de Erradicação do Trabalho Escravo (COMTRAE) e observe a experiência com o Plano Municipal de Erradicação do Trabalho Escravo para auxiliar na adoção de ferramentas de monitoramento para a Conferência.

O Sr. Paulo deu um exemplo de monitoramento realizado pela sociedade civil: juízes, promotores, defensores formaram um grupo de monitoramento da Bibliaspa que não é um colegiado do poder público. Ele complementou dizendo que poderia ser criado um instrumento de diagnóstico eletrônico, adicionando seção para monitoramento no formulário eletrônico usado para receber sugestões nas pré-conferências.

A Sra. Elissa disse não sabe se existe orçamento específico para lidar com a política transversal para imigrantes em cada Secretaria. A Sra. Jennifer respondeu dizendo que a SMDHC tem, mas para outras secretarias não.

A Sra. Marina perguntou quais seriam sugestões de formas para coletar denúncias na Conferência. A Sra. Tatiana disse que era preciso criar consenso no CMI para acolher estas denúncias, virtual ou presencialmente, ela disse que bastaria criar um fluxo para atendimento.

A Sra. Ana disse que seria necessário aprimorar um fluxo para receber estas denúncias e indagou como dar conta deste objetivo durante a Conferência.

O Sr. William disse que é preciso pensar qual tipo de monitoramento e índice será usado e como se dará este uso. Ele falou que é importante dar a possibilidade de falar sobre os índices antes da realização da Conferência. Ele se dispôs a contribuir com a questão de indicadores.

O Sr. Breno disse que o monitoramento poderia acontecer se o CMI coletasse e publicasse as metas e atendimentos de cada secretaria à população imigrante e fizesse um acompanhamento. Ele sugeriu olhar os planos municipais de cada secretaria para fazer isso.

A Sra. Tatiana defendeu que um dos objetivos seja promover o debate da imigração em geral, não apenas na cidade de São Paulo. O Sr. Paulo comentou que a conferência deve discutir a imigração como conceito.

A Sra. Jennifer disse qualificar a forma de institucionalização. A Sra. Elissa sugeriu que a adição do trecho: “ampliar e promover formas de institucionalização...”.

**Discussão sobre os eixos temáticos da Conferência**

A Sra. Jennifer disse que a proposta da CPMigTD de diminuir o número de eixos pra 8 tem como argumento principal a questão logística de realizar o evento com diversas salas e debates acontecendo em paralelo, bem como encontrar um espaço que tenha capacidade de receber 10 eventos ao mesmo tempo. Ela também citou que o grande número de eixos acarretaria em mais propostas a serem votadas na plenária final.

O Sr. Breno disse que o número grande de eixos, na prática obrigaria os participantes a escolher participar um tema em detrimentos de todos os outros. Um número menor de eixos, com temas agrupados poderia levar a maior capacidade de opinar em diferentes temas por participante. Ele disse que a ideia de diminuir eixos, não é apenas logística, pois também há da capacidade e incidência por pessoa.

O Sr. Paulo sugeriu cuidado com uma questão conceitual de associar o acesso à justiça imediatamente com o combate à xenofobia. Ele fez a contraproposta de criar sub-eixos para não sugerir certas interpretações ou associações.

A Sra. Yoo Na disse importante adicionar um eixo para discutir a questão da segurança pública.

A Sra. Elissa sugeriu como metodologia para redação da Resolução, partir da proposta antiga com dez eixos e depois chegar a oito.

O Sr. Paulo falou sobre importância de se manter a palavra acesso e de se separar educação da qualificação profissional.

A Sra. Nour comentou a dificuldade de acesso que os imigrantes têm para acessar cursos superiores.

O Sr. William disse considerar a proposta de enviar moções interessante.

A Sra. Elissa perguntou se usariam o termo “migração” ou “imigração” e também se falariam de egressos ou retornados.

A Sra. Jennifer disse que a definição de imigrante na PMPI engloba retornados. Ela comentou que o conceito de “migrantes” inclui migração interna.

O Sr. Paulo disse que é importante abrir um eixo separado para cultura para promover a valorização, incentivo e protagonismo e formas que entendam a dinâmica contemporânea das migrações locais. Possibilidade de conhecer uma cultura viva. A Sra. Nour disse que diversidade cultural caberia com combate a xenofobia.

A Sra. Elissa sugeriu suprimir o acesso à justiça de um eixo e colocar no eixo transversal. A proposta aprovada por consenso.

A Sra Nour sugeriu subtrair o tema da mobilidade urbana e juntar diversidade cultural com bem-viver.

A Sra. Jennifer perguntou se todos concordavam com a definição dos oito exiso temáticos, que foram aprovados por consenso.

**Discussão sobre os eixos transversais da Conferência**

A Sra. Jennifer apresentou as modificações sobre os eixos transversais, propostas pela CPMigTD.

O Sr. Breno disse considerar importante a inclusão da população em privação de liberdade e egressa do sistema prisional. A proposta foi aprovada por consenso.

A Sra. Nathália disse achar interessante contemplar a questão do trabalho escravo contemporâneo e trabalho decente dentro da definição das populações vulneráveis.

Os eixos transversais foram aprovados por consenso.

**Discussão sobre a Comissão Organizadora**

A Sra. Jennifer questionou os presentes sobre qual status os membros observadores do CMI teriam na Conferência. Ela sugeriu que a Comissão Organizadora pudesse contar com voto dos conselheiros eleitos.

O Sr. Paulo expressou que, de acordo com as discussões do GT Conferência, todos os membros desse GT se tornariam automaticamente membros da Comissão Organizadora, prática comum na organização de eventos similares à Conferência.

A Sra. Nour disse que não havia muito tempo para discutir esta questão e que ela deveria ser discutida no GT Conferência mesmo. Ela disse que o quórum do GT Conferência é de conselheiros do CMI, e que era preciso decidir como membros de fora do CMI poderiam participar.

A Sra. Jennifer sugeriu a composição de 15 representantes do poder público e 15 representantes do CMI para a Comissão Organizadora.

A Sra. Nour sugeriu consultar quem quer participar e convocar pessoas para fazer parte da Comissão Organizadora.

A Sra. Marina sugeriu criar um critério que garanta a possibilidade dos membros do GT Conferência ficarem na Comissão Organizadora, mas que não feche as oportunidade de participação de outras pessoas.

A Sra. Marina disse considerar importante valorizar a participação dos conselheiros imigrantes do CMI na Comissão Organizadora e realizar um convite para que eles participem do grupo caso queiram.

A Sra. Claudete disse achar importante que membros do CMI participem e também que membros da comissão organizadora anterior sejam convidados a participar também.

O Sr. Paulo reiterou que tanto ele, quanto a Sra. Tatiana e Sra. Silvia devem ser incluídos na composição da Comissão Organizadora.

A Sra. Marina leu as atribuições dos membros observadores de acordo com o Regimento Interno do CMI e ressaltou que isso deve ser levado em conta na composição da Comissão Organizadora.

A Sra. Elissa propôs estabelecer um número de até cinco membros convidados.

O texto referente à Comissão Organizadora foi aprovado por consenso, contendo na sua redação a definição de que os membros do GT Conferência são aqueles que participam das reuniões desde o começo das atividades do GT Conferência. Também ficou definido neste texto que a composição da CO será de 15 membros da sociedade civil, 15 membros do poder público e 5 convidados.

**Considerações Finais**

A Sra. Marina sugeriu realizar uma reunião do GT Conferência no começo da próxima semana.

A Sra. Elissa sugeriu adicionar um parágrafo no começo do texto definindo o que é a Conferência e incluindo as Pré-Conferências na definição.

A Sra. Marina comentou que o orçamento destinado a Conferência virá da Prefeitura. E que aquisições da ACNUR para a Conferência seriam feitas sob o nome da própria ACNUR e não da Prefeitura.

A resolução foi aprovada por consenso pelos membros presentes do CMI.

A Sra. Jennifer disse que a CPMigTD enviaria o texto elaborado na reunião por e-mail e, brevemente, enviaria uma redação com adequações de redação do texto por e-mail.

A Sra. Nour finalizou a Reunião Extraordinária do CMI.